

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sábado, 09, Domingo, 10 e Segunda-Feira, 11 de maio de 2026 | edição nº 1524

R\$ 2,50

## DÓLAR FECHA A R\$ 4,89, MENOR NÍVEL DESDE JANEIRO DE 2024, COM DADOS FORTES DE EMPREGO NOS EUA; BOLSA AVANÇA

O dólar fechou abaixo de R\$ 4,90 pela primeira vez em mais de dois anos, com queda de 0,54%, cotado a R\$ 4,895, nesta sexta-feira (8). É o menor valor de fechamento da moeda desde 15 de janeiro de 2024, quando terminou o dia a R\$ 4,866.

Durante o pregão, os investidores repercutiram dados do mercado de trabalho dos EUA mais fortes do que o esperado em abril e um ambiente global mais favorável a ativos de risco, o que beneficiou o real.

Apesar da ausência de novidades relevantes, as negociações no Oriente Médio também seguiram no radar. O comportamento mais estável do petróleo beneficiou

os mercados acionários.

A Bolsa de Valores brasileira foi impactada e encerrou o dia em alta de 0,48%, a 184.108 pontos, recuperando parte das perdas da véspera. No ano, a moeda norte-americana tem uma baixa acumulada de 10,8%, e o Ibovespa, alta de 14,3%. Na semana, o dólar e Bolsa recuaram 1,2% e 1,7%, respectivamente.

O principal fator do pregão foi a divulgação dos dados de emprego de abril nos Estados Unidos. A economia norte-americana abriu 115 mil postos de trabalho fora do setor agrícola no mês passado, acima da expectativa de 62 mil vagas, informou o Escritório de Estatísticas do Trabalho do Departamento do Trabalho

em relatório divulgado nesta sexta-feira. A taxa de desemprego permaneceu em 4,3%.

Economistas atribuíram parte dos resultados a um ajuste no modelo que o governo usa para estimar quantos empregos foram criados ou perdidos. Segundo eles, a grande rotatividade de empresas criadas dificulta a estimativa de empregos associados a essas companhias.

O indicador é a principal referência do mercado para acompanhar o emprego nos EUA. Os dados reforçaram a percepção de resiliência da economia norte-americana e diminuíram os riscos de uma estagflação -quando o crescimento esfria e a inflação aumenta.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Renda média cresce mais em 2025 e renova recorde com impulso do mercado de trabalho**

**Alcolumbre promulga Lei da Dosimetria, que reduz pena de Bolsonaro, após Lula deixar prazo vencer**

**Tarcísio nega prejuízo com operação, e PP de Ciro Nogueira cancela ato para apoio eleitoral em SP**

**Desigualdade sobe em 2025, mas é a 2ª menor da série no Brasil; renda cresce mais para ricos**



**Produção de laranja em São Paulo e Minas deverá cair 12,9% na próxima safra**



## NO MUNDO

## Irã acusa EUA de 'aventura militar imprudente' após ataque a navio iraniano



O chanceler iraniano, Abbas Aragchi, afirmou que os Estados Unidos optaram por uma "aventura militar imprudente" após as forças americanas atacarem nesta quinta-feira (07) um navio petroleiro iraniano.

Nesta quinta, um porta-voz do regime iraniano acusou os EUA de violarem o cessar-fogo ao bombardear o navio. "Sempre que uma solução diplomática está em cima da mesa, os EUA optam por uma aventura militar imprudente. Seria uma tática de pressão grosseira? Ou o resultado de um sabotador enganando mais uma vez o presidente americano e o levando a outro atoleiro? Quaisquer que

sejam as causas, o resultado é o mesmo: os iranianos nunca cedem à pressão", disse o chanceler iraniano em resposta ao ataque.

O navio iraniano estaria indo em direção ao Estreito de Hormuz. Ele estava em frente ao porto de Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos, segundo informou a emissora iraniana Irib ao reproduzir comunicado feito por autoridades iranianas.

Outros ataques aéreos também foram feitos em áreas civis, ainda de acordo com comunicado. O regime afirmou que o bombardeio ocorreu em cooperação com alguns países da região, nas costas das ilhas de Khamir, Sirik e Qeshm.

"[Em retaliação, forças

armadas iranianas] atacaram imediatamente navios militares americanos a leste do Estreito de Ormuz e ao sul do porto de Chabahar, causando-lhes danos significativos. [O Irã] dará uma resposta esmagadora a qualquer agressão sem a menor hesitação", diz o comunicado do regime iraniano.

EUA dizem ter interceptado "ataques iranianos não provocados". Em comunicado, o Centcom (Comando Central dos Estados Unidos) afirmou que militares americanos responderam com "ataques de autodefesa" enquanto destróieres de mísseis guiados da Marinha dos EUA transitavam pelo Estreito de Hormuz em direção ao Golfo de Omã. Folhapress

## Após encontro, Trump diz que Lula é um 'homem bom, cara esperto'

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, definiu seu homólogo do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como um "homem bom" e "um cara esperto".

O republicano foi questionado por jornalistas após o encontro entre os chefes de Estado, nesta quinta-feira (7) e se eles firmaram algum acordo.

Trump afirmou que o encontro foi permeado por discussões a respeito de tarifas. "Falamos sobre tarifas e eles gostariam de ter um pouco de alívio nelas. Tivemos uma reunião muito boa", disse ele.

O encontro entre os presidentes foi classificado como uma "visita de trabalho", formato que não conta com cerimonial e formalidades esperadas de uma visita de Estado. A recente visita do rei Charles 3º aos EUA, por exemplo, teve agenda protocolar mais ampla e incluiu jantar formal e discurso no Congresso americano.

A reunião desta quinta, que teve início no Salão

Oval, reuniu cinco ministros brasileiros, entre eles Mauro Vieira (Relações Exteriores) Wellington Lima e Silva (Justiça e Segurança), Dario Durigan (Fazenda) e Márcio Elias Rosa (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), além de Alexandre Silveira (Minas e Energia).

Do lado americano, estiveram reunidos o representante do comércio dos EUA, Jamieson Greer, a chefe do gabinete da Casa Branca, Susie Wiles, o vice-presidente, J. D. Vance, o secretário do comércio, Howard Lutnick e o secretário do Tesouro, Scott Bessent.

O encontro incluiu uma reunião e um almoço na Casa Branca que durou três horas. Pela rede Truth Social, Trump tinha classificado Lula como um presidente "dinâmico". O republicano afirmou ainda que o encontro teria transcorrido bem e que os representantes dos dois países tinham concordado em se reunir nos próximos meses, conforme necessário.

Folhapress

## Mudança de tom em críticas a Trump marca o primeiro ano do papa Leão 14



A tensão das últimas semanas entre Estados Unidos e Vaticano marca o começo de uma nova fase no papado de Leão 14, que completa um ano nesta sexta-feira (8).

Depois de meses iniciais cautelosos, o primeiro pontífice nascido nos EUA mudou o tom gradualmente desde o início deste ano, reagindo de forma cada vez mais direta às ações da Casa Branca. Como efeito, atraiu as ofensas do presidente Donald Trump, às quais o papa tem respondido, sem ceder.

O movimento posicionou

Leão 14 como a autoridade mundial com maior poder de crítica ao americano.

Para tentar baixar a temperatura das relações, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, pediu para ser recebido no Vaticano. Encontrou, nesta quinta-feira (7), o papa e o cardeal Pietro Parolin, seu homólogo.

Em nota, a Santa Sé afirmou que foi "renovado o compromisso comum de cultivar boas relações bilaterais" e que, entre os temas tratados, estiveram os "países marcados pela guerra" e a necessidade de trabalhar pela paz, sem detalhes.

A audiência aconteceu quase um mês depois de Trump fazer um ataque sem precedentes ao papa, a quem chamou de "fraco" e "terrível para a política externa". Horas depois, o pontífice rebateu, dizendo que não tinha medo do governo americano e que iria continuar a pregar contra a guerra.

Nesta semana, Trump voltou a criticá-lo. "O papa está colocando em perigo muitos católicos", disse, insinuando que o pontífice concorda com armas nucleares iranianas, o que nunca aconteceu. Folhapress

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

◀ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◀ Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◀ EDITORIAL: Daniela Camargo  
◀ COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
◀ Serviço Informativo: FolhaPress,  
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-  
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Renda média cresce mais em 2025 e renova recorde com impulso do mercado de trabalho



A renda média de todas as fontes no Brasil alcançou R\$ 3.367 por mês em 2025 e renovou o recorde de uma série histórica iniciada em 2012, apontam dados divulgados nesta sexta-feira (8) pelo IBGE.

Conforme o órgão, o valor subiu 5,4% ante 2024, quando foi registrada a máxima anterior da pesquisa (R\$ 3.195). A variação verificada em 2025 também foi mais intensa do que a de 2024 (+2,9%).

Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua): Rendimento de todas as fontes. A série é divulgada em valores reais ajustados pela inflação.

Nessa versão da Pnad, o IBGE vai além do mercado de trabalho e também contabiliza recursos obtidos por meio de aposentadorias e pensões, aluguel, programas sociais do governo e aplicações financeiras, entre outros.

A renda média é a soma dos rendimentos dividida pelo número de pessoas com renda. Em 2025, 67,2% dos brasileiros tinham algum tipo de rendimento. É o maior patamar da série.

Gustavo Geaquinto Fontes, analista da pesquisa do IBGE, disse que o mercado de trabalho teve um "peso muito grande" para explicar o novo recorde da renda em 2025. O técnico lembrou que essa é a principal fonte de recursos da população.

O rendimento médio de todos os trabalhos chegou ao recorde de R\$ 3.560 por mês em 2025. A alta foi de 5,7% em relação a 2024.

O emprego vem de uma trajetória de recuperação após a crise da pandemia no país. Os ganhos também são estimulados por medidas como a política de valorização do salário mínimo.

Além de citar o impacto do trabalho, Gustavo chamou a atenção para a contribuição de outras fontes no ano passado. Uma delas, o rendimento médio obtido com aluguel e arrendamento, subiu 11,8% frente a 2024, alcançando R\$ 2.526 por mês. A renda vinda de aposentadorias e pensões avançou menos (+2,1%), para R\$ 2.697.

Folhapress

### Poupança tem retirada líquida de R\$ 476,4 milhões em abril

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu em abril deste ano, com registro de mais saques do que depósitos. As saídas superaram as entradas em R\$ 476,4 milhões, de acordo com relatório divulgado nesta quinta-feira (8) pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 362,2 bilhões, contra saques da ordem de R\$ 362,7 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,3 bilhões. O saldo da poupança é de pouco mais de R\$ 1 trilhão.

Nos últimos anos, a caderneta vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. No ano passado, o saldo negativo da poupança chegou a R\$ 85,6 bilhões.

Nos primeiros quatro meses deste ano, a caderneta já acumula R\$ 41,7 bilhões em retiradas líquidas. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic – a taxa básica de juros – em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

Na última reunião, neste mês, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC fez um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, para 14,5% ao ano. Apesar das tensões causadas pela guerra no Oriente Médio e das expectativas de inflação em alta, a autoridade monetária manteve o ciclo de redução da taxa básica, mas não deu pistas sobre a evolução dos juros.

A Selic é o principal instrumento do BC para garantir que a meta de 3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, seja alcançada. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Em março, a alta dos preços em transportes e alimentação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,88% – ante 0,7% em fevereiro. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,14%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Andreia Verdélio/ABR

### Desigualdade sobe em 2025, mas é a 2ª menor da série no Brasil; renda cresce mais para ricos



Após atingir a mínima histórica em 2024, a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini subiu no país em 2025, apontam dados divulgados nesta sexta-feira (8) pelo IBGE.

Conforme o órgão, o rendimento domiciliar per capita (por pessoa) cresceu para pobres e ricos no ano passado, mas a alta foi mais intensa para quem ganha mais, o que explica a subida da disparidade.

O Gini varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima). Quanto maior o número, mais elevada é a concentração de renda em um local.

Em 2025, o índice brasileiro foi calculado em 0,511, o que significa um avanço

de 1,4% ante a mínima verificada em 2024 (0,504).

Apesar da elevação, o patamar do ano passado é o segundo menor já registrado na série do IBGE, iniciada em 2012. Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua): Rendimento de todas as fontes.

"A renda cresceu para todas as classes. Não houve piora. Mas, no topo da pirâmide, os 10% da população de maior renda tiveram crescimento acima da média", disse Gustavo Geaquinto Fontes, analista da pesquisa do IBGE.

O técnico chamou a subida do Gini de "pequena oscilação" para cima, perto do campo da estabilidade.

O indicador leva em

conta as diferenças da renda média domiciliar per capita do trabalho e de fontes como aposentadorias, pensões, aluguéis, programas sociais e aplicações financeiras.

O rendimento per capita soma esses recursos e divide o resultado pelo número de moradores nos domicílios.

**RENDA DOS 10% MAIS RICOS TEM ALTA DE 8,7%**

Na média do país, a renda por pessoa foi estimada em R\$ 2.264 por mês em 2025. O valor cresceu 6,9% ante 2024, renovando o recorde da série.

Entre os 10% mais ricos da população, a alta chegou a 8,7%. O rendimento do grupo alcançou R\$ 9.117, outra máxima da pesquisa.

Folhapress

## POLÍTICA

## Alcolumbre promulga Lei da Dosimetria, que reduz pena de Bolsonaro, após Lula deixar prazo vencer



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), promulgou nesta sexta-feira (8) o projeto de lei que reduz as penas dos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A medida beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Como determina a Constituição Federal, coube a Alcolumbre cancelar a proposta já que o presidente Lula (PT) deixou vencer o prazo para promulgação após a derrubada de seu veto integral ao texto, em uma derrota do governo no Congresso Nacional.

A Lei da Dosimetria deve ser publicada em edição extra do Diário Oficial da União ainda nesta sexta.

O Congresso derrubou

em 30 de abril, com o apoio de 318 deputados e de 49 votos senadores, o veto de Lula ao projeto de lei da dosimetria. Em dezembro, após a aprovação da proposta, o presidente disse que, assim que o texto chegasse a sua mesa, ele seria vetado.

O petista também negou qualquer participação do Palácio do Planalto no acordo que viabilizou a votação da matéria no Senado.

"Tenho dito há algum tempo que as pessoas que cometeram o crime contra a democracia brasileira terão que pagar pelos atos cometidos contra esse país. Nem terminou o julgamento, ainda tem gente sendo condenada e o pessoal já resolve diminuir as penas", disse em entrevista a jornalistas na ocasião.

A promulgação da dosimetria deve resultar na judicialização no STF (Supremo Tribunal Federal), com ações tanto para derrubar a decisão do Congresso quanto para reduzir as penas. Os advogados dos réus já começaram a preparar os pedidos, mas temem que o congestionamento atrase a análise.

O líder do PT na Câmara, deputado Pedro Uczai (SC), também já afirmou que o partido de Lula irá acionar o Supremo contra a derrubada do veto do presidente. No entanto, há pouca expectativa de sucesso. A avaliação entre governistas é que, como há digitais de ministros da própria corte na construção da dosimetria, o tribunal dificilmente derrubaria o texto. Folhapress

## Esquerda vê bolsonarismo isolado após encontro Lula-Trump, e direita minimiza

Aliados do presidente Lula (PT) avaliam que a visita do petista ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deve isolar o bolsonarismo, grupo político que busca manter proximidade com o americano. Membros da direita, por sua vez, minimizam o encontro realizado entre os dois líderes nesta quinta (7).

A avaliação de petistas é que Lula, mesmo fazendo críticas recorrentes a Trump, conseguiu se projetar como um estadista e reiterar o discurso da soberania nacional frente aos EUA.

O ministro da Secretaria das Relações Institucionais, José Guimarães (PT), disse em rede social que Lula, com a visita em Washington, "reafirmou o papel soberano e respeitado do Brasil no cenário internacional".

"O Brasil voltou a ser protagonista nas grandes decisões internacionais", escreveu ele, citando que Lula foi recebido "com tapete vermelho e honras de Estado" por Trump.

O deputado federal Paulo

Teixeira (PT-SP), ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, disse que a reunião entre o brasileiro e o americano deve reverberar na política nacional. "A família Bolsonaro sempre trabalhou para ter monopólio da relação com o presidente dos Estados Unidos, e pela segunda vez esse encontro [de Lula e Trump] foi um sucesso", declarou ele.

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) vive nos Estados Unidos e tenta jogar o governo local contra a gestão Lula. Eduardo é filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e irmão do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato a presidente da República.

"Semana passada Flávio Bolsonaro, após a votação da dosimetria, vaticinava o 'fim do governo'. Essa semana correu para os EUA para tentar tramar contra o Brasil e a agenda dos presidentes Lula e Trump. Ficou isolado, sem discurso e saiu ainda menor desse processo", diz Éden Valadares, secretário de comunicação do PT. Folhapress

## Tarcísio nega prejuízo com operação, e PP de Ciro Nogueira cancela ato para apoio eleitoral em SP



O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) minimizou o impacto para a sua campanha das investigações contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI), seu aliado político, e defendeu as apurações do caso do Banco Master.

O PP faria um evento na segunda-feira (11) para oficializar o apoio da sigla à candidatura de Tarcísio, em São Paulo, mas cancelou após Ciro Nogueira ser alvo de operação de busca e apreensão autorizada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça.

Nesta sexta-feira (8), durante um evento no Hospital Geral de Itaquaquecetuba, na região metropolitana, ao

comentar tanto o cancelamento do evento quanto a operação, Tarcísio disse que, em São Paulo, ele tem uma aliança consolidada com vários partidos políticos.

"O importante aqui é a aliança que a gente tem consolidada, que não envolve só o PP, mas Republicanos, PL, PSD, MDB, PP, União, Podemos. Conseguimos estabelecer aqui uma relação muito boa de partidos que estão pensando no futuro de São Paulo. Esses partidos estão muito juntos, contribuem com o nosso projeto", disse.

Questionado se a ligação com Ciro Nogueira poderia prejudicá-lo, Tarcísio negou: "Isso não tem nada a ver com a gente, não prejudica nada".

"Estamos diante de

um grande escândalo, um escândalo nacional, um escândalo de proporção gigantesca, e isso tem que ser esclarecido", emendou Tarcísio. "A população demanda resposta, não suporta mais ver episódios de corrupção, não admite mais ser lesada. É um escândalo grave, precisa ser apurado, investigado, doa a quem doer."

No ano passado, Ciro Nogueira foi o principal articulador do projeto que tentava levar Tarcísio a uma candidatura à Presidência e auxiliava nas negociações com os demais partidos da centro-direita para viabilizar o projeto. Ele tentava se colocar como candidato a vice-presidente na chapa do governador. Folhapress

## AGRONEGÓCIO

### Produção de laranja em São Paulo e Minas deverá cair 12,9% na próxima safra



A produção de laranja 2026/27 na principal região produtora do mundo deverá cair 12,9% em relação à última safra, pressionando os preços da fruta no mercado.

A estimativa, apresentada pelo Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura) em Araraquara (a 273 km de São Paulo) na manhã desta sexta-feira (8), aponta para uma safra com 255,2 milhões de caixas de 40,8 quilos cada no cinturão citrícola formado pelo interior de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro. A última safra totalizou 292,94 milhões de caixas.

A estimativa de safra, feita pelo Fundecitrus desde

2015 com apoio da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Jaboticabal, indica que a produção inferior se deverá à bialidade da cultura (produz mais num ano e menos no outro), à redução no número de frutos por árvore e ao aumento da taxa de queda prematura.

O cenário só não será mais desfavorável porque o levantamento do órgão aponta que os frutos deverão estar mais pesados e que houve crescimento no total de árvores produtivas.

A safra, se confirmada, também será 14,7% inferior à média histórica dos últimos dez anos e confirmará um recuo na produção que já se desenhou na temporada passada.

O Fundecitrus estimou em maio de 2025 que a safra encerrada agora produziria 314,6 milhões de caixas da fruta, mas o ano extremamente seco fez o total ser reestimado no decorrer dos meses, até terminar nas 292,94 milhões de caixas produzidas.

Uma forte estiagem ainda em maio de 2025, afirma o órgão, causou estresse hídrico nas plantas, posteriormente interrompido por irrigação nas regiões com áreas irrigadas, o que estimulou a primeira florada, mas o pegamento de parte dos frutos foi prejudicado por temperaturas acima da média em setembro, que ficou até 28% acima da média histórica. Folhappress

### Exportação de carne suína cresce 8,3% em abril

As exportações brasileiras de carne suína, considerando produtos in natura e processados, cresceram 8,3% no mês de abril em relação ao mesmo período do ano passado, somando 140 mil toneladas, segundo levantamento da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal).

A receita obtida com os embarques alcançou US\$ 328,2 milhões, resultado 8,8% superior ao registrado em abril do ano passado.

No acumulado do primeiro quadrimestre de 2026, os embarques brasileiros de carne suína chegaram a 532,2 mil toneladas,

crescimento de 14,2% na comparação interanual

Em receita, as exportações totalizaram US\$ 1,244 bilhão entre janeiro e abril deste ano, avanço de 14,1% em relação ao primeiro quadrimestre de 2025.

Entre os principais destinos da carne suína brasileira em abril, as Filipinas lideraram as importações, com 35,9 mil toneladas embarcadas, volume 20,6% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Na sequência aparecem Japão, com 16,6 mil toneladas e alta de 131,9%; China, com 11,8 mil toneladas e retração de 21,6%; Chile, com 11,1 mil tonela-

das e crescimento de 22,8%; e Hong Kong, com 8 mil toneladas, queda de 34,3%.

O presidente da ABPA, Ricardo Santin, afirmou que o desempenho das exportações da proteína segue bastante positivo, "especialmente em mercados da Ásia, que continuam ampliando sua demanda por proteína animal", disse. Ele destacou o avanço em destinos de maior valor agregado, como o Japão e a ampliação das Filipinas como principal mercado para o Brasil no setor.

Também figuram entre os principais compradores o Vietnã, Argentina, Singapura, Uruguai e México. CNN

## PUBLICIDADE LEGAL

### OD Colombo Participações S.A.

CNPJ nº 41.131.743/0001-88 - NIRE 35300565959

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/09/2024

**Data, Hora e Local:** Em 05/09/2024, às 14hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Convocação dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** Foi eleita para presidir a reunião a Sra. Marisa Aparecida Colombo Gomes, que convidou a mim, Sra. Marlene Aparecida Colombo, para secretariar os trabalhos. **Deliberações aprovadas:** (i) aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) a distribuição de dividendos totais aos acionistas da Companhia, no montante de R\$20.897.059,10, os quais serão pagos de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia, bem como aprovar a destinação da totalidade do saldo remanescente do lucro líquido do exercício para a constituição da Reserva de Lucros da Companhia; (iii) eleger e manter as administradoras, Sras. Marisa Aparecida Colombo Gomes e Marlene Aparecida Colombo, para os cargos de Diretora Presidente e Diretora Sem Designação Específica, respectivamente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, estando eles dispensados de prestar caução para o exercício de suas funções. Em Assembleia Geral, os Diretores declararam que estão aptos para o exercício do cargo para todos os fins e não estão impedidos de exercer a atividade empresarial. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos Termos de Posse que, por sua vez, serão lavrados no livro de atas das Reuniões da Diretoria. Nada mais. Pindorama/SP, 05/09/2024. JUCESP nº 381.382/24-2 em 14/10/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

### OD Colombo Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.131.743/0001-88 - NIRE 35.300.565.959

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27/12/2025

**Data, Hora e Local:** em 27/12/2025, às 14hs, na sede. **Convocação e Presença:** Convocação dispensadas em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas, representando 100% do capital social da Companhia. **Mesa:** A presente Assembleia Geral Ordinária foi presidida por Sra. Marisa Aparecida Colombo Gomes e secretariada por Sra. Marlene Aparecida Colombo. **Deliberações aprovadas:** (i) aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) aprovar o balancete intermediário apurado no período compreendido entre janeiro e novembro de 2025, para fins de distribuição antecipada de dividendos aos acionistas; (iii) aprovar a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 17.420.695,23, sendo (a) R\$ 10.862.567,67 com base no saldo da reserva de lucros acumulada e dos lucros em 31/12/2024, e (b) R\$ 6.558.127,56 de distribuição antecipada com base no lucro líquido do exercício corrente apurado no balanço intermediário, levantado em 30/11/2025 acima aprovado, a ser pago em moeda corrente, bens ou direitos da seguinte forma: R\$ 1.092.625,00 até 31/12/2026, R\$ 1.201.888,00 até 31/12/2027 e R\$ 15.126.182,23 até 31/12/2028, respeitados os usufrutos patrimoniais. Não obstante a aprovação do cronograma de pagamento acima, dependendo da disponibilidade de caixa da Sociedade: a) a Sociedade poderá antecipar ou postergar, de forma total ou parcial, os pagamentos acima previstos, e/ou b) os Sócios poderão capitalizar a Sociedade, mediante utilização de eventual saldo de valores ainda não pagos pela Sociedade, para subscrever e integralizar novas quotas que venham a ser emitidas em aumento do capital social da Sociedade. Em qualquer caso, os atos previstos nas alíneas "a" e "b" acima deverão respeitar o prazo limite de 31/12/2028; (iv) aprovar a distribuição, na proporção do capital social, de juros sobre o capital próprio da Companhia no montante de R\$ 3.210.000,00, a ser pago em moeda corrente, bens ou direitos e de acordo com a disponibilidade financeira da Companhia, respeitados os usufrutos patrimoniais; e (v) Autorizar os diretores da Companhia a adotarem todas as providências e praticar todos os atos necessários à plena execução e implementação das deliberações ora aprovadas. Nada mais. Pindorama, 27/12/2025. JUCESP nº 009.320/26-0 em 21/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

### CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 17 de abril de 2026

**Data, Hora e Local:** 17/04/2026, às 16h00, por meio eletrônico. **Convocação e Presença:** Convocação enviada com antecedência de 5 dias. Os Conselheiros manifestaram seus votos de forma eletrônica. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio ("Carlos"), Presidente e Daniel Corrêa de Miranda ("Miranda"), Secretário. **Ordem do Dia:** (1) aprovar: a destituição da Diretora Marianne Kellner Haak, RG nº 18.870.267-2, CPF/MF nº 153.569.278-27, como Diretora Executiva; e a eleição de Lucio Rodrigues Capelletto, RG nº 1331458 e CPF nº 492.693.210-53, como Diretor Executivo. **Deliberações:** Considerando o envio prévio das informações e o recebimento dos votos por meio eletrônico, restaram aprovadas e identificadas, por todos os membros do Conselho as matérias constantes da ordem do dia. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Reunião. São Paulo, 17/04/2026. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wai Yu; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Camila Costa Rossetti; Ricardo Siciliano; Daniel Corrêa de Miranda - Secretário. JUCESP - Registro nº 184.115/26-7 em 04/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

### Safras & Mercado reduz colheita de milho do Brasil, mas ainda vê avanço

A colheita total de milho do Brasil em 2025/26 foi estimada nesta sexta-feira em 140,11 milhões de toneladas, de acordo com levantamento da consultoria Safras & Mercado, que reduziu seu número em 1,1% na comparação com a projeção anterior, devido a uma expectativa menor com a segunda safra por questões climáticas.

Ainda assim, o Brasil veria uma produção maior em relação ao ciclo passado, quando a colheita somou 140,05 milhões de toneladas, segundo a consultoria.

O ajuste nos números levou em conta os problemas climáticos verificados em alguns Estados produtores da segunda safra, como Goiás, disse o consultor e analista de Safras & Mercado, Paulo Molinari, em comunicado.

Devido aos ajustes, o potencial de produção da segunda safra foi visto em 99,09 milhões de toneladas, ante 100,59 milhões de toneladas previstas em fevereiro.

O volume da segunda safra deve ficar abaixo das 100,81 milhões de toneladas colhidas no ano anterior, mas a safra total ainda cresce com um avanço na produção no verão, segundo dados da consultoria.

A área total cultivada com milho no Brasil em 2025/26 deverá atingir 21,89 milhões de hectares, um pouco acima dos 21,83 milhões de hectares indicados na previsão de fevereiro.

Na comparação anual, a consultoria vê aumento de 2,9% na área plantada, enquanto a produtividade foi estimada em 6.400 quilos por hectare, abaixo dos 6.532 quilos registrados na safra 2024/25. Folhappress

PUBLICIDADE LEGAL

JB3 Softwares Ltda.

CNPJ/MF nº 58.493.015/0001-19 - NIRE 35265743949

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social e Transformação do Tipo Societário

Pelo presente instrumento particular, Jem Empreendimentos Ltda., CNPJ/MF nº 60.737.997/0001-99, neste ato representada por seu administrador Sr. José Ernesto Mascellani, abaixo qualificado. Única sócia da sociedade empresária limitada JB3 Softwares Ltda., CNPJ/MF nº 58.493.015/0001-19. E, ainda, na qualidade de sócio ingressante: José Ernesto Mascellani, brasileiro, empresário. Resolvem celebrar o presente Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social e Transformação do Tipo Societário ("Instrumento"), nos seguintes termos: 1. Da Cessão e Transferência de Quotas: 1.1. Neste ato, a sócia Jem Empreendimentos Ltda, acima qualificada, detentora de 5.501.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00, totalizando R\$5.501.000,00, cede e transfere 1 quota de sua titularidade ao Sr. José Ernesto Mascellani, acima qualificado, que ora ingressa na Sociedade. 1.2. Considerando a alteração acima, passa a Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, a vigorar de acordo com a seguinte nova redação: "Cláusula 4ª - Do Capital Social. O capital social é de R\$5.501.000,00, dividido em 5.501.000 quotas, no valor unitário de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído: Sócio: Jem Empreendimentos S.A.; Quotas: 5.500.999; Valor: R\$ 5.500.999,00. Sócio: José Ernesto Mascellani; Quotas: 1; Valor: 1,00. Total de Quotas: 5.501.000. Total do Valor: R\$ 5.501.000,00. 2. Da Alteração do Endereço: 2.1. Os sócios decidem, por unanimidade e sem ressalvas, alterar o endereço da sociedade da Cidade de Matão, Estado de São Paulo, na Rua Prudente de Moraes, nº 1101, apto. 115, Centro, CEP 15990-010 para cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, Piso Pilotis, Sala 43, Ed. São Luís Gonzaga, Consolação, CEP:01310-300. 3. Transformação do Tipo Societário: 3.1. Resolve a sócia única aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, em conformidade com os artigos 1.113 e seguintes do Código Civil, e dos artigos 220 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"). Em razão dessa aprovação, fica constituída a Companhia, para todos os fins de direito. 3.2. Em razão da deliberação anterior, a única sócia Jem Empreendimentos Ltda., acima qualificada, agora acionista, aprova, sem ressalvas, a alteração da denominação social da Sociedade, que passará de JB3 Softwares Ltda. para JB3 Softwares S.A. ("Companhia"). 3.3. Considerando o capital social da Companhia, no valor de R\$5.501.000,00, ficam convertidas as 5.501.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma, em 5.501.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte da presente Alteração com Anexo 1. 4. Administração: 4.1. A Companhia passará a ser administrada por uma Diretoria, sem designação específica, composta por, no mínimo, 1 membro, acionista ou não, residente no país, com mandato de até 3 anos, permitida a reeleição. 4.2. Para compor a Diretoria, o atual administrador da Sociedade, o Sr. José Ernesto Mascellani, acima qualificado, foi reconduzido para o cargo de Diretor sem designação específica. 4.3. O Diretor sem designação específica, ora reconduzido, tomou posse na presente data, de acordo com o Termo de Posse, anexo ao presente Instrumento, para um mandato por 3 anos contados da presente data e, presente ao ato e declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. 4.4. A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente e somente será instalado nos termos do seu Estatuto Social. 5. Aprovação e Consolidação Do Estatuto Social Da Companhia: 5.1. Em virtude das deliberações tomadas acima, foi aprovado, o Estatuto Social da Companhia, que vigorará imediatamente, a partir da assinatura deste Instrumento. Nada mais. Matão/SP, 25/07/2025. JUCESP/NIRE nº 35300675126 em 09/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º - A JB3 Softwares S.A. ("Companhia") é uma sociedade empresária, organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Artigo 2º - A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.300, Piso Pilotis, Sala 43, Ed. São Luís Gonzaga, Consolação, CEP:01310-300. Único - Poderá a Companhia, a critério de seus acionistas representando a maioria do capital social, abrir, organizar, transferir ou extinguir filiais, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, obedecendo às disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto. Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social: Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador (CNAE: 6202-3/00); Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (CNAE: 6203-1/00); Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (CNAE: 7490-1/04); Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial (CNAE: 8599-6/04); Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE: 8211-3/00); e Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (CNAE: 8219-9/99). Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$5.501.000,00, dividido em 5.501.000 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. §1º - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas deliberações de Assembleias Gerais. §2º - As ações preferenciais, quando emitidas, não conferirão direito a voto a seus titulares. Os titulares terão a preferência no direito ao recebimento de dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. §3º - As ações em que se divide o capital social subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação da Companhia, caso existente, ou, na falta deste, da Assembleia Geral. Artigo 6º - As ações serão escriturais não sendo emitidos títulos simples ou múltiplos, a não ser a pedido e custo da acionista, quando então, serão estes assinados pelo Diretor. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 7º - As Assembleias Gerais poderão ser Ordinárias e/ou Extraordinárias, onde os acionistas ordinariamente, dentro dos primeiros quatro meses após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a manifestação dos acionistas, observados os preceitos legais e estatutários aplicáveis à espécie e será convocada na forma da lei. §1º - A Assembleia Geral será instalada e presidida por um Diretor, que convidará uns dos presentes, acionista ou não, por ele escolhido na oportunidade para servir como Secretário. Artigo 8º - Competirá à Assembleia Geral, além das atribuições que lhe são delegadas por lei ou pelo presente Estatuto, deliberar acerca das seguintes matérias: a) Apreciação, anualmente, das contas da administração e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; b) Criação e/ou emissão de ações de qualquer espécie, e modificação das respectivas condições, vantagens ou direitos, inclusive a suspensão dos direitos de acionista, bem como a emissão de debêntures, de partes beneficiárias e notas promissórias para distribuição pública, e de quaisquer outros títulos mobiliários; c) A avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; d) Aquisição, alienação, disposição ou operação, a qualquer título, cessão, arrendamento, transferência ou distribuição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo como objeto bens do ativo permanente, intangíveis, outros ativos ou créditos da Companhia; e) Prestação de qualquer tipo de garantia a terceiros; f) Qualquer operação fora do curso normal dos negócios; g) A aquisição de participação societária em outras empresas e o envolvimento da Companhia em quaisquer negócios estranhos ao seu objeto social; h) A incorporação, fusão, cisão e liquidação da Companhia, seja voluntária ou decorrente de lei, bem como qualquer reestruturação, reorganização societária, transformação, incorporação, cessação do estado de liquidação, dissolução, desdobramento de ações, divisão, combinação ou consolidação de ativos; i) O pedido de aut falência ou recuperação judicial; j) A celebração de quaisquer contratos visando a participação nos lucros para os empregados; k) Eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como a fixação de sua remuneração, global ou individual; l) A eventual nomeação e destituição de auditores independentes; e m) A abertura de capital, independente do seu patrimônio líquido ou capital social. Artigo 9º - Quaisquer deliberações da Companhia dependerão do voto afirmativo dos acionistas que representam a maioria do capital social votante da Companhia (i.e. de 50% das ações ordinárias mais uma ação), sempre observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto relativas às regras de convocação e instalação das assembleias. Capítulo IV. Da Administração. Artigo 10 - A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 01 membro, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 03 anos e permitida a reeleição. §1º - Os Diretores, eleitos pela acionista na Assembleia Geral, poderão ser substituídos ou destituídos, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária. §2º - Compete à Diretoria, além de suas atribuições legais: a) Convocar a Assembleia Geral; b) Administrar as operações ordinárias da Companhia; c) Aprovar e submeter à Assembleia Geral as demonstrações financeiras e o relatório da Administração da Companhia; d) Manter todos os livros e os controles administrativos/financeiros da Companhia; e) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, supervisionando os negócios e atividades normais e habituais da Companhia, e zelar para que todas as decisões da Assembleia de Acionistas sejam cumpridas; e f) Deliberar sobre a instalação ou fechamento de filiais, escritórios ou agências da Companhia. Artigo 11 - A representação da Companhia em juízo ou fora dele, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, será realizada (i) pelo Diretor; ou (ii) por dois procuradores. §1º - Sempre observado o disposto no presente Estatuto, os poderes para comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outro modo alienar ou gravar os bens imóveis da Companhia será exercido pelo Diretor mediante a prévia autorização por escrito da acionista que representa a maioria do capital social da Companhia. §2º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores, procuradores, empregados ou funcionários que a envolverem em quaisquer obrigações ou responsabilidades relativas a negócios e/ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto nos casos específicos em que tais atos forem previamente aprovados e autorizados por acionista que represente, pelo menos, 75% do capital social da Companhia. Capítulo VII. Do Conselho Fiscal. Artigo 12 - O Conselho Fiscal é órgão não permanente que será eleito pela Assembleia Geral nos casos e pela forma determinada pela lei, permitida a reeleição. §1º - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País. §2º - O Conselho Fiscal terá competência prevista em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros, que perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o mínimo legal. §3º - Os membros suplentes substituirão os efetivos na ordem das respectivas designações. Capítulo VIII. Do exercício social, demonstrações financeiras e distribuições de lucros. Artigo 13 - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão elaboradas e levantadas as demonstrações financeiras correspondentes, de acordo com as disposições legais. Artigo 14 - Dentro de 4 meses após o fim de cada exercício social, a administração determinará o levantamento das seguintes demonstrações financeiras: a) Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; b) Demonstração do resultado no exercício; e c) Balanço patrimonial. Artigo 15 - Do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto de Renda e os Prejuízos Acumulados. §1º - A Companhia poderá distribuir lucros à conta de lucros acumulados do exercício ou à conta de reserva de lucros existente, desde que a Companhia tenha caixa suficiente para tal pagamento e possa cumprir com a realização do Orçamento aprovado. §2º - O prejuízo do exercício será, obrigatoriamente, absorvido pelos Lucros Acumulados e pelas Reservas de Lucros, nesta ordem. Eventuais prejuízos remanescentes terão o tratamento deliberado pelos acionistas reunidos em assembleia. §3º - A Companhia poderá levantar, semestralmente, em períodos menores, balanços intercalares, para verificação de resultados, e com base nestes distribuir lucros ou bonificações. §4º - A Companhia poderá destinar lucro líquido e distribuir dividendos em qualquer periodicidade, desde que haja um balanço específico da Companhia de determinado período e que a Companhia tenha condições financeiras. §5º - A distribuição dos lucros conforme prevista neste Estatuto poderá ser suspensa ou distribuída em nível, ocorrendo a hipótese prevista no §3º, do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. Artigo 16 - É facultado a acionista, a qualquer tempo, promover a auditoria dos livros e registros da Companhia, por seu próprio auditor ou por auditoria independente. Capítulo IX. do direito de preferência. Artigo 17 - A cessão, transferência, oneração ou alienação, a qualquer título, das ações da Companhia por um dos acionistas enseja direito de preferência na aquisição de tais ações para os demais acionistas, na proporção de suas respectivas participações, a ser exercido no prazo de 30 dias; salvo quando tal transferência se der para terceira pessoa que seja subsidiária, controlada, controladora, coligada ou afiliada ao acionista que esteja alienando as ações. Capítulo X. da liquidação. Artigo 18 - A Companhia não se dissolverá nos casos de: (i) morte, incapacidade ou invalidez de qualquer sócio pessoa natural; ou (ii) insolvência de sócio pessoa física ou jurídica ou liquidação ou falência de sócio pessoa jurídica, prosseguindo a mesma com os sócios remanescentes e/ou herdeiros. Artigo 19 - A Companhia poderá ser liquidada nos casos previstos em lei, ou por resolução dos acionistas que representem, pelo menos, 75% do capital social da Companhia. Vindo a se dissolver por qualquer motivo a Companhia, a Assembleia Geral nomeará o liquidante, determinando-lhe a forma para promover a liquidação e eleger o Conselho Fiscal, se assim vier a ser deliberado, observados os preceitos legais aplicáveis à espécie. Único - A Assembleia Geral que deliberar a liquidação da Companhia, determinará a remuneração do liquidante. Capítulo XI. Disposições Finais. Artigo 20 - Os Acionistas poderão celebrar Acordos de Acionistas versando sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, gravando parte ou a totalidade das ações da Companhia, exercício do direito a voto, ou do poder de controle, devendo ser observados pela Companhia quando arquivados na sua sede, nos termos do artigo 118 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 10.303/01. Artigo 21 - Para todas as questões oriundas deste estatuto fica desde já eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Artigo 22 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelas disposições contidas na Lei das Sociedades Por Ações, conforme alterada, ou por outras disposições legais aplicáveis à espécie, quando não comportem solução em assembleia geral de acionistas. E, por estar assim justo e contratado, assina a presente Alteração, em 03 vias de igual teor e forma Matão, 24/07/2025.

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da OAK Holding S.A. ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia 18 de maio de 2026, às 14h00, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a reeleição dos Srs. Georgios Puccetti Frangulis, Gustavo Matiolli Vieira Janer, Renato Haidar Filho, João Baptista Borges Pereira Cyrino de Sá e Stella Dias Ferreira, como membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, e Mariana Sang como membro observadora do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato de 2 (dois) anos, a contar da data da assembleia. (ii) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação da deliberação, se aprovada. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação para o e-mail: renata.teixeira@oakberry.com, até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. Informações Gerais: I.1. Credenciamento dos Acionistas. Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até as 10h00 do dia 15 de maio de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail renata.teixeira@oakberry.com: (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item I.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até às 9h00 do dia 18 de maio de 2026, pelo e-mail renata.teixeira@oakberry.com. A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. I.2. Documentos Necessários para a Participação. Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentem os seguintes documentos: (i) Pessoa física: documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) Pessoa jurídica: último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) Fundo de investimento: último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. I.3. Informações Adicionais. A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 09 de maio de 2026. Gustavo Matiolli Vieira Janer - Membro do Conselho de Administração. (09, 12 e 13/05/2026)

180 Seguros S.A.

CNPJ nº 39.999.619/0001-97 - NIRE nº 35.300.608.780

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30/03/2026

Data, Hora e Local: Em 30/03/2026, às 9hs, realizada de forma digital. Convocação: Dispensada a convocação, em razão da totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Mauro Levi D'Ancona; e Secretário: Franco Lamping. Publicações: (i) Demonstrações Financeiras; (ii) Relatório da Administração; e (iii) Parecer dos Auditores Independentes Contábeis e Atuários. Todos publicados no dia 26/02/2026 no jornal Folha de SP. Deliberações aprovadas: i) Aprovada as contas dos administradores e as DF's relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; ii) fixar a remuneração global dos diretores no valor de R\$ 2.000.000,00 até a AGO de 2027. iii) Aprovada a seguinte destinação do resultado encerrado em 31/12/2025, a constituição de reserva de capital no valor de R\$ 639.429,00 para pagamento baseado em ações/opções; iv) a título de outros assuntos de interesse da sociedade, a acionista ratifica a decisão dos administradores no que se refere ao prejuízo decorrente do exercício findo em 2025, no montante de R\$ 22.389.069,00. Não havendo saldos em reserva de lucros ou reserva legal disponíveis para absorção, o valor integral do prejuízo ficará alocado na respectiva conta contábil, denominada Lucros e Prejuízos Acumulados. Nada mais. São Paulo, 30/03/2026. JUCESP nº 184.491/26-5 em 06/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da GP Partnership S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 18 dias de maio de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoto do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) o exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior. Barueri, 08 de maio de 2026. Thiago Lolkus Nigro, Presidente do Conselho de Administração. (09, 12 e 13/05/2026)

Consórcio Supershopping Osasco

CNPJ/MF nº 05.461.482/0001-09 - NIRE 35.500.036.763

Edital de Convocação para a Assembleia Geral de Dissolução

Prezados senhores, Serve a presente para, consoante o disposto nas Cláusulas 15 e 17 do Contrato Social do Consórcio Supershopping Osasco, inscrito no CNPJ sob o nº 05.461.482/0001-09, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.500.036.763 ("Consórcio"), convocar V. Sas. para participarem da Assembleia Geral de Dissolução do Consórcio Supershopping Osasco, na qualidade de consorciados, a ser realizada no dia 26 de maio de 2026, às 17:00 horas, em primeira convocação, e às 17:30 horas, em segunda convocação, de forma híbrida, presencialmente na sede do Consórcio, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, bloco C, 2º andar, sala 98, parte, Itaim Bibi, CEP 04534-002, e por meio da plataforma de comunicação Microsoft Teams, cujo link será oportunamente enviado, ocasião em que será discutida e votada a seguinte Ordem do Dia: (i) deliberar sobre a dissolução da Consórcio Supershopping Osasco; (ii) deliberar sobre a nomeação do responsável pelas providências necessárias à extinção do Consórcio perante os órgãos competentes, inclusive pela representação do Consórcio, pela administração de eventual ativo ou passivo superveniente e pela guarda dos livros, documentos e demais registros do Consórcio; e (iii) deliberar sobre a eleição de foro para dirimir quaisquer questões oriundas da dissolução do Consórcio Supershopping Osasco. Os consorciados poderão ser representados por procuradores devidamente constituídos, mediante apresentação do respectivo instrumento de mandato antes da instalação da Assembleia. São Paulo/SP, 04 de maio de 2026. (07, 08 e 09/05/2026)

AllSeg Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27 - NIRE 35.300.525.833

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2026

Data, Hora e Local: Aos 31/03/2026, às 11h00, na sede social da Companhia. Presenças, Convocação e Publicação: Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. O Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, todos com relação ao exercício social encerrado em 31/12/2025, foram publicados no jornal Data Mercantil. Mesa: Presidente: Pedro Pereira de Freitas; Secretário: Paulo de Oliveira Medeiros. Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos: (I) Aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração e do parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes, ratificando, portanto, a deliberação tomada na AGE de 30/01/2026; (II) Quanto à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025, os acionistas consignaram que o tema foi objeto das AGEs realizadas em 23/12/2025 e 30/01/2026, nas quais se deliberou sobre distribuição do resultado do exercício, incluindo a constituição de reserva legal, a distribuição de dividendos obrigatórios, nos termos da Lei nº 15.270/2025, e a destinação do saldo remanescente para aumento de capital e pagamento de juros sobre capital próprio. Isto posto, considerando que a Companhia obteve, no referido exercício social, um lucro líquido de R\$ 39.913.785,23, acrescido do montante de R\$ 32.507,86, decorrente da realização da reserva de reavaliação, fica ratificada a distribuição anteriormente deliberada nos seguintes termos: a) 5% para a reserva legal, no montante de R\$ 1.752.759,44; b) R\$ 7.763.507,85, para a constituição de reserva estatutária - lucros; (c) R\$ 17.611.814,82 para a realização de aumento de capital, conforme deliberado em 23/12/2025; e (d) o saldo restante, no montante de R\$ 12.818.210,98, para distribuição aos sócios, sendo: (d.1) R\$ 7.483.442,21 a título de dividendos; e (d.2) R\$ 5.334.768,77 por meio da declaração de Juros sobre Capital Próprio. (III) Aprovar a Política de Remuneração da Companhia, em conformidade com o disposto no art. 10, § único, inciso I, da Resolução CNSP nº 476/2024, a qual permanecerá arquivada na sede da Companhia. Encerramento: Nada mais. (ass.:) Mesa: Pedro Pereira de Freitas - Presidente. Paulo de Oliveira Medeiros - Secretário. Acionistas: Pedro Pereira de Freitas; Francisco de Assis Fernandes; Paulo de Oliveira Medeiros. JUCESP nº 184.490/26-1 em 06/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DATA MERCANTIL. FALE CONOSCO POR E-MAIL comercial@datamercantil.com.br. datamercantil.com.br. QR code.

PUBLICIDADE LEGAL

RNBL I Energética S.A.

CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80

Table with multiple columns: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações dos Resultados do Exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (https://elera.com/index.php/transparencia/) e na sede da Companhia.

Cotação das Moedas

- Coroa (Suécia) - 0,5309
Dólar (EUA) - 4,8999
Franco (Suíça) - 6,3046
Iene (Japão) - 0,03128
Libra (Inglaterra) - 6,6756
Peso (Argentina) - 0,003519
Peso (Chile) - 0,005493
Peso (México) - 0,2848
Peso (Uruguai) - 0,1229
Yuan (China) - 0,7205
Rublo (Rússia) - 0,06604
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,7691

7G Participações S.A.

CNPJ/ME nº 40.708.247/0001-81 - NIRE 35.300.564.260

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 26/12/2025

Data, Hora e Local: em 26/12/2025, às 14hs, na sede. Convocação e Presença: Convocação dispensada em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas...

7G Participações S.A.

CNPJ nº 40.708.247/0001-81 - NIRE 35.300.564.260

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 14/08/2024

Data, Hora e Local: em 30/05/2024, às 16hs, na sede social. Convocação e Presença: Convocação dispensada em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas...

JLC Trust - Participações S.A.

CNPJ nº 41.898.992/0001-01 - NIRE 35300568397

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 20/09/2024

Data, hora e local: Em 20/09/2024, às 16hs, na sede social. Convocação e Presença: Convocação dispensada em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas...

JLC Trust - Participações S.A.

CNPJ/ME nº 41.898.992/0001-01 - NIRE 35.300.568.397

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 26/12/2025

Data, Hora e Local: Em 26/12/2025, às 14hs, na sede. Convocação e Presença: Convocação dispensada em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas...



## NEGÓCIOS

### STJ decide que oferta de imóvel em Airbnb exige aval de dois terços dos condôminos



A Segunda Seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta quinta-feira (7) que proprietários de imóveis em condomínios residenciais só poderão oferecer locações de curta temporada por plataformas como Airbnb se houver autorização expressa em assembleia de condôminos. Por maioria apertada de cinco votos a quatro, o colegiado entendeu que esse tipo de exploração econômica descaracteriza a finalidade residencial do imóvel.

Pelo entendimento da corte, a permissão para esse tipo de uso depende de aprovação de ao menos dois terços dos condôminos, conforme prevê o Código Civil para mudanças na destinação das unidades imobiliárias.

Segundo o STJ, a decisão

consolida o entendimento do tribunal sobre o tema e deve orientar as instâncias inferiores, embora não tenha efeito vinculante, ou seja, não obrigue outros juízes a seguir o mesmo entendimento.

O caso teve origem em processo no qual a proprietária de um apartamento de Minas Gerais buscava garantir o direito de destiná-lo a estadias de curta duração sem necessidade de aprovação em assembleia. O condomínio alegava que essa destinação, além de não estar prevista em convenção, afastava o caráter residencial do prédio.

O TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) já havia negado o pedido, e essa decisão foi mantida pelo STJ, da qual ainda cabe recurso. A empresa Airbnb atuou como interessada na ação.

À reportagem a Airbnb afirmou em nota que "a decisão do STJ refere-se a um caso específico e pontual, não é definitiva e não determina a proibição da locação via Airbnb em condomínios. Proibir ou restringir a locação por temporada viola o direito constitucional de propriedade de quem aluga o seu imóvel". A plataforma destacou ainda que tomará as medidas legais cabíveis.

Segundo a empresa, um estudo da FGV mostrou que no Brasil a plataforma contribuiu com quase R\$ 100 bilhões para as economias locais em um ano, motivo pelo qual a decisão em questão tem o potencial de impactar não só os anfitriões, mas todo o ecossistema que depende dessa renda, como comércios e fornecedores locais.

Folhapress

### Vendas de carros eletrificados podem chegar a 450 mil neste ano, prevê Anfavea

A Anfavea, entidade que representa as montadoras, informou nesta sexta-feira, 8, que as vendas de carros híbridos e elétricos, os chamados eletrificados, podem chegar a 450 mil veículos neste ano. Em 2025, foram vendidos 285,4 mil carros eletrificados no Brasil.

Nesta sexta, na apresentação dos resultados de abril, a Anfavea informou que a participação de mercado dos carros híbridos e elétricos chegou a 18,3% no mês passado, um novo

recorde, que corresponde a mais de 40 mil unidades.

Mantendo este ritmo, o presidente da Anfavea, Igor Calvet, projetou vendas entre 420 mil e 450 mil unidades neste ano.

O balanço da Anfavea mostra ainda que 40% dos carros eletrificados comercializados neste ano são montados no Brasil. No ano passado, a fatia dos nacionais foi de 25,7%.

"Daqui a pouco vamos chegar à metade dos veículos dessa nova forma de propulsão sendo produzidos no País", disse Calvet. IstoÉDinheiro



### Neoenergia renova mais 3 concessões e prevê R\$ 50 bi em investimentos no Brasil até 2030



A Neoenergia anunciou nesta sexta-feira, 8, um novo ciclo de investimentos em suas distribuidoras, com aportes de R\$ 50 bilhões entre 2026 e 2030, um aumento de 82% em relação aos R\$ 27,5 bilhões do ciclo anterior (2021-2025). A maior parte dos recursos será destinada à expansão da infraestrutura elétrica e melhoria da qualidade, tendo em vista o crescimento observado nas áreas de concessão e o aumento da ocorrência de eventos climáticos intensos nos últimos anos.

O anúncio é feito no mesmo dia em que o governo realiza uma cerimônia de celebração de renovação antecipada dos contratos de concessão de 14 distribuidoras, por 30 anos, incluindo três distribuidoras do

grupo: Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Cosern (RN), e Elektro, com área de concessão que inclui municípios de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A companhia já obteve, em outubro do ano passado, a renovação antecipada da Neoenergia Pernambuco, até 2060, tornando-se a primeira concessionária a assinar a prorrogação. A outra distribuidora que também teve anteriormente a concessão renovada, a EDP Espírito Santo, só obteve novo contrato um dia antes de o documento até então vigente expirar.

Além das quatro concessões, a Neoenergia também opera a distribuidora de Brasília, adquirida em 2021 e que não passa pelo atual processo de renovação das concessões. Juntas, as cinco distribuidoras atendem

a cerca de 17 milhões de clientes, o equivalente a uma população de mais de 40 milhões de pessoas.

Na visão do presidente da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, os R\$ 50 bilhões anunciados devem dar ao grupo de origem espanhola a liderança na lista das empresas que mais investem no setor de energia elétrica no Brasil. "Já somos o grupo que mais investe no setor elétrico, segundo ranking anual da Abdiib Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - fomos em 2024, fomos em 2025, com R\$ 10,1 bilhões, e nossa ideia é continuar sendo, e com este incremento de investimento, provavelmente continuaremos", disse ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. IstoÉDinheiro

IstoÉDinheiro